



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

VARA DO TRABALHO DE BIRIGUI - 0073

[1501 a 2000 processos]

Aos 4 dias do mês de abril de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2018, divulgado em 5/3/2018 no DEJT (Edição 2427/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 936 e 937). Presentes a Juíza Titular ELEN ZORAIDE MODOLO JUCA, a Juíza Substituta TABATA GOMES MACEDO DE LEITÃO e a Juiz Substituto. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
Jurisdição Atendida:	BILAC, BIRIGUI, BREJO ALEGRE, BURITAMA, CLEMENTINA, COROADOS, GABRIEL MONTEIRO, LOURDES, PIACATU, SANTOPOLIS DO AGUAPEI, TURIUBA
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	17/11/1992
Data de Instalação do PJE:	02/10/2013
Data da Última Correição:	16/03/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	3 %
Acervo PJe/Acervo Total:	97 %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ELEN ZORAIDE MODOLO JUCA	29/05/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/07/2017 a 17/08/2017	FERIAS
04/10/2017 a 04/10/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
17/10/2017 a 26/10/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
TERESA CRISTINA PEDRASI	19/08/2016

Afastamentos: Não houve



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2017 a 14/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
EDUARDO COSTA GONZALES	22/01/2018 a 06/02/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MOUZART LUIS SILVA BRENES	17/04/2017 a 16/05/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA	15/08/2017 a 17/08/2017
PEDRO HENRIQUE BARBOSA SALGADO DE OLIVEIRA	18/08/2017 a 20/08/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA	19/10/2016 a 12/03/2017
SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA	12/04/2017 a 16/04/2017
SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA	17/04/2017 a 16/05/2017
SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA	17/05/2017 a 18/12/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/07/2017 a 12/08/2017	FERIAS
13/08/2017 a 14/08/2017	FERIAS
15/08/2017 a 17/08/2017	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/03/2017 a 14/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
TABATA GOMES MACEDO DE LEITAO	13/03/2017 a 16/04/2017
TABATA GOMES MACEDO DE LEITAO	17/05/2017 a 28/05/2017
TABATA GOMES MACEDO DE LEITAO	19/07/2017 a 12/08/2017
TABATA GOMES MACEDO DE LEITAO	12/03/2018 a 22/03/2018

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
VIRGILIO DE PAULA BASSANELLI	07/02/2018 a 11/03/2018

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALBERTO ATSUSHI SUGUIMOTO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	24/07/2006
ANGELA MARIA MONTOURO ABRAHAO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	27/08/2001
LUIZ GUSTAVO BADARO	REQ	FC-02 ASSISTENTE	06/07/2015
MANOEL FERNANDES DA CRUZ	AJ-OJA	-	09/06/2014
MARCELO TAKEBE	TJA	FC-04 CALCULISTA	23/03/1994
MARLI APARECIDA GOMES VIEIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	21/05/1993
NIVALDO CAVARESI	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	01/10/1993
ODILENE BERTUCCI LIMA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	16/12/1992
PATRICIA CARETTA PASTORE	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	22/02/2012
RENATA BATISTAO PEREZ DE SOUZA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	07/01/2015
ROSE MEIRE DE OLIVEIRA	AJ-OJA	-	10/05/1999
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			7
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	45
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
TOTAL	47



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
FERNANDA DOS SANTOS RODRIGUES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ELEN ZORAIDE MODOLO JUCA	138
SUZELINE LONGHI NUNES DE OLIVEIRA	126
TABATA GOMES MACEDO DE LEITAO	11

SERVIDORES	HORAS
PATRICIA CARETTA PASTORE	40
RENATA BATISTAO PEREZ DE SOUZA	120



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	501	827	---
	Aguardando encerramento da instrução	272	664	---
	Aguardando prolação de sentença	67	122	---
	Aguardando cumprimento de acordo	331	326	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	750	1.257	---
	Pendentes de finalização	1.921	3.196	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	233	355	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	118	237	---
	Pendentes de finalização	351	591	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	518	859	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	87	63	---
	Pendentes de finalização	605	924	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	72	15	---
TOTAL		2.949	4.727	---

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [06/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	994	823	---
	Aguardando encerramento da instrução	290	740	---
	Aguardando prolação de sentença	44	115	---
	Aguardando cumprimento de acordo	149	267	---
	Solucionados pendentes de finalização na fase	2.153	3.025	---
	Pendentes de finalização	2.157	3.108	---
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	124	424	---
	Liquidados pendentes de finalização na fase	116	341	---
	Pendentes de finalização	228	607	---
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	539	839	---
	Encerrados pendentes de finalização na fase	597	480	---
	Pendentes de finalização	637	950	---
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	---
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	73	66	---
TOTAL		3.095	4.732	---



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	150	139	19
Exceções de Incompetência	26	17	5
Antecipações de Tutela	173	173	2
Impugnações à Sentença de Liquidação	17	23	6
Embargos à Execução	44	42	15
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	3	2	2
TOTAIS	413	396	49

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [06/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	84	67	21
Exceções de Incompetência	14	12	1
Antecipações de Tutela	187	195	8
Impugnações à Sentença de Liquidação	13	5	15
Embargos à Execução	64	55	18
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	7	4	2
TOTAIS	369	338	65



6 - RECURSOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	553	543	23
Recurso Adesivo	63	60	10
Agravo de petição	100	112	2
Agravo de Instrumento	19	7	15
TOTAIS	735	722	50

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [06/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	226	220	30
Recurso Adesivo	25	27	5
Agravo de petição	37	47	1
Agravo de Instrumento	4	3	2
TOTAIS	292	297	38



7 - PRAZOS MÉDIOS [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	714	185	198	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.090	283	345	---
Total / Média	1.804	244	316	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	719	195	197	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.029	299	361	---
Total / Média	1.748	256	327	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	341	13	26	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	705	22	35	---
Total / Média	1.046	19	34	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	157	109	228	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	247	115	260	---
Total / Média	404	113	255	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	59	553	1.340	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	19	493	835	---
Total / Média	78	539	1.280	---

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [06/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	570	191	186	---
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	764	268	352	---
Total / Média	1.334	235	315	---

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	559	196	189	---
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	730	275	354	---
Total / Média	1.289	241	316	---

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	279	16	29	---
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	484	20	42	---
Total / Média	763	18	39	---

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	108	77	189	---
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	193	118	232	---
Total / Média	301	103	225	---

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	262	565	1.812	---
Do início ao encerramento da execução - ente público	13	666	920	---
Total / Média	275	570	1.711	---

*Do início até a extinção da execução

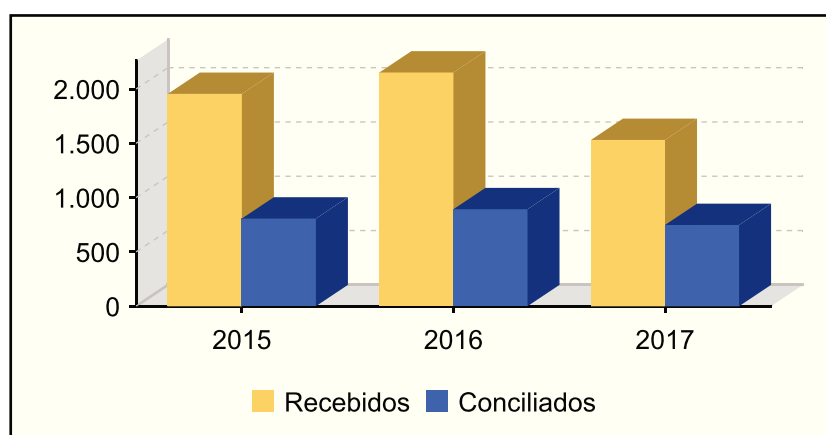


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

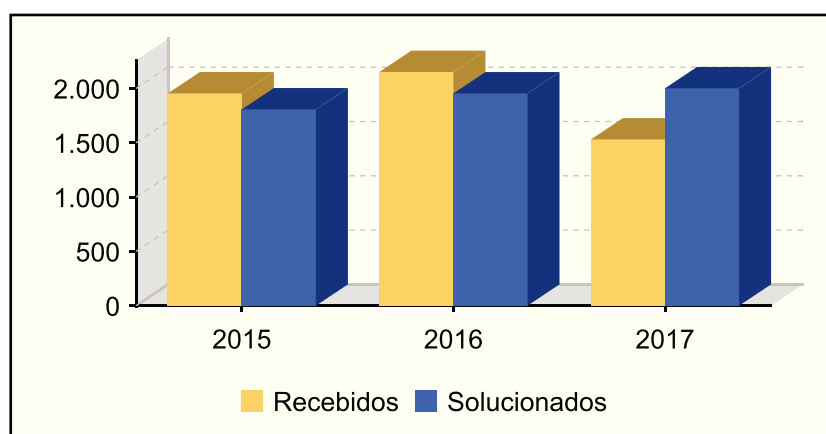
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.955	807	41,28
2016	2.152	893	41,50
2017	1.531	748	48,86



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.955	1.808	92,48
2016	2.152	1.955	90,85
2017	1.531	2.002	130,76



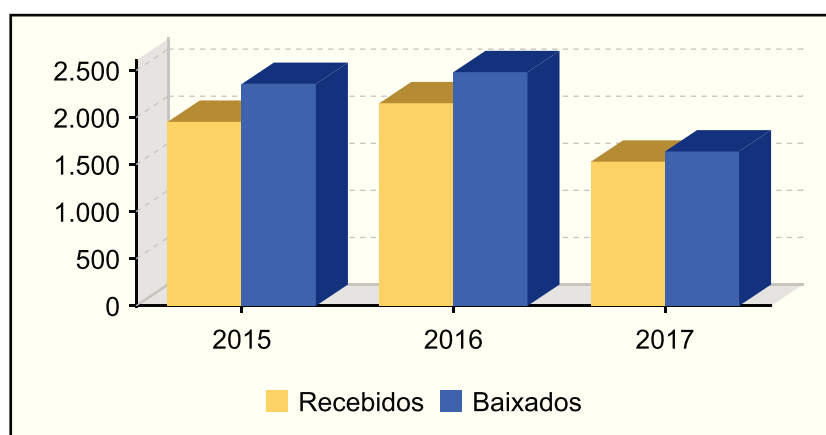


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

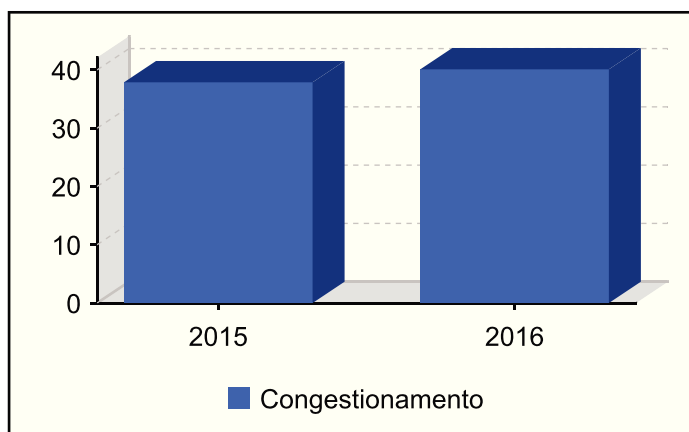
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.955	2.357	120,56
2016	2.152	2.482	115,33
2017	1.531	1.640	107,12



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	955	1.955	1.808	37,87
2016	1.112	2.152	1.955	40,10



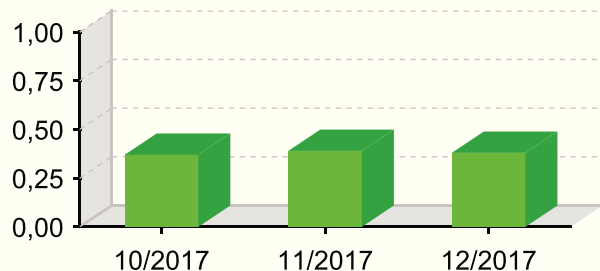


9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

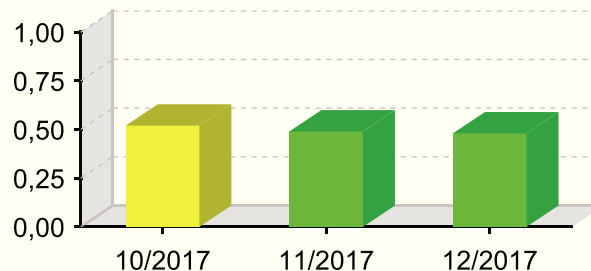
(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,37	0,52	0,25	0,36	0,34
11/2017	0,39	0,49	0,25	0,36	0,34
12/2017	0,38	0,48	0,25	0,36	0,34

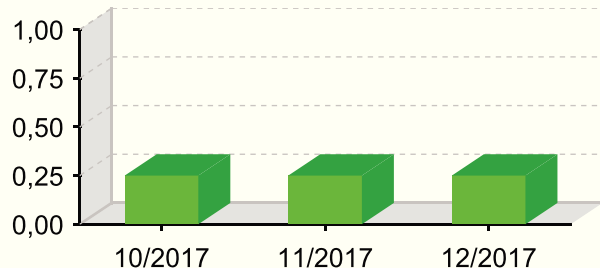
Taxa de Cong. no Conhecimento [TCC]



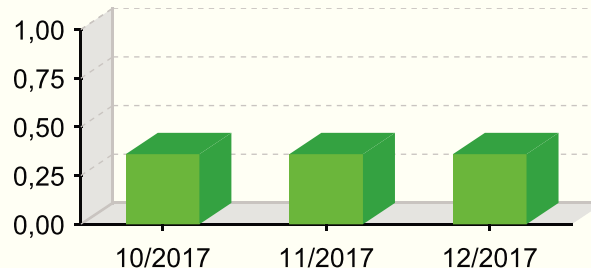
Taxa de Cong. na Execução [TCE]



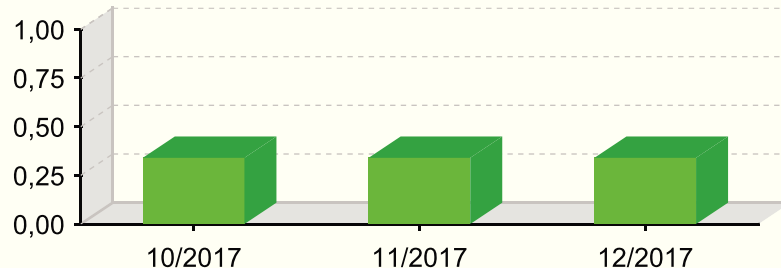
Pendentes de Solução [PS]



Índice de Produtividade [IP]



Índice Geral [IG]





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	748	62,3	32,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.021	85,1	44,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.769	147,4	76,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	233	19,4	10,0
Incidentes Processuais Resolvidos	522	43,5	22,5
Dias-Juiz	696	58,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.461	63,7	38,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	32.070	83,5	50,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	56.531	147,2	89,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.018	20,9	12,7
Incidentes Processuais Resolvidos	19.652	51,2	31,1
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

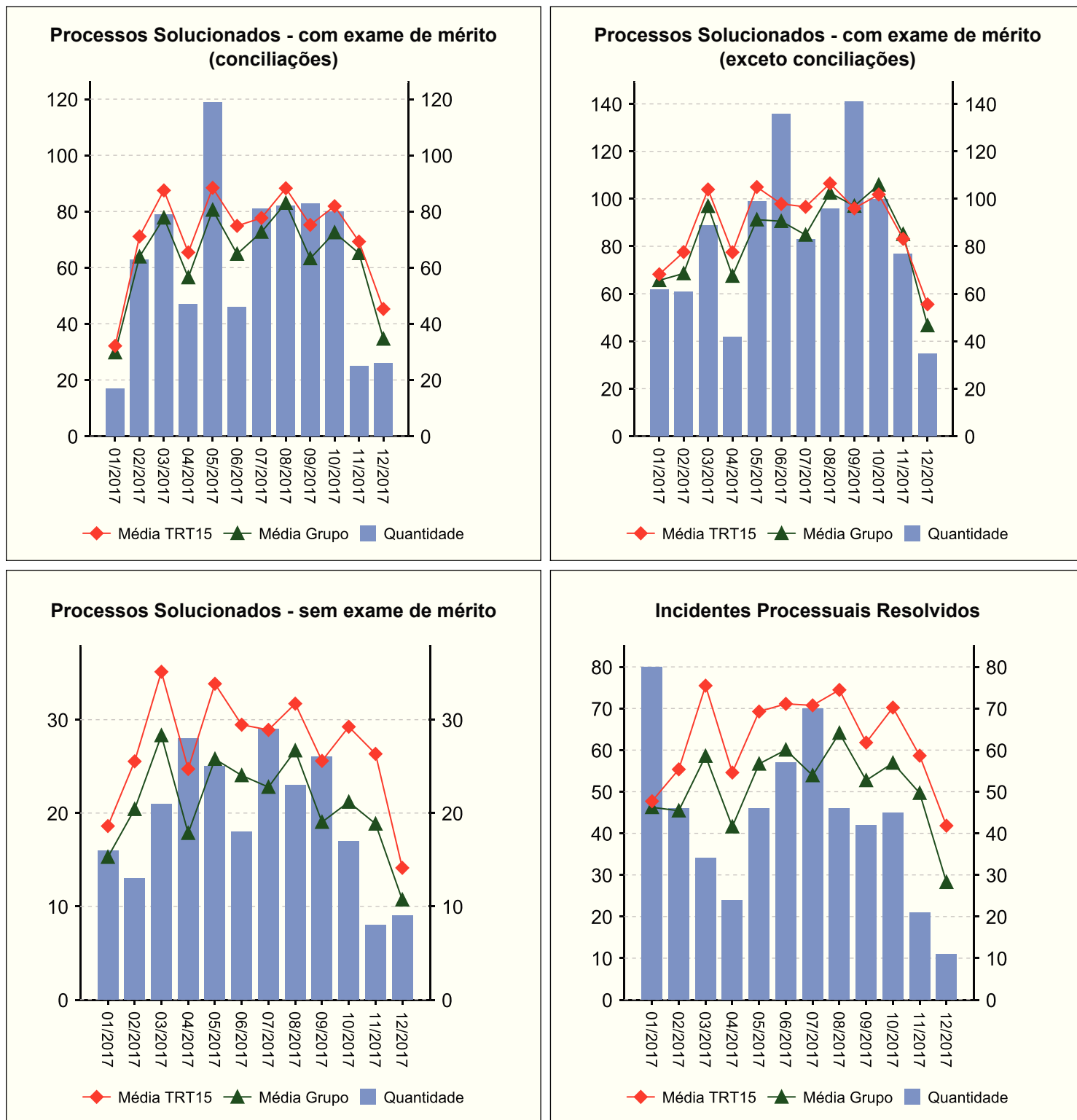
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	395	32,9	17,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	422	35,2	18,2
Sessões de audiência realizadas - una	1.481	123,4	63,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	51	4,3	2,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	65	5,4	2,8
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.903	158,6	82,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	116	9,7	5,0
Dias-Juiz	696	58,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---



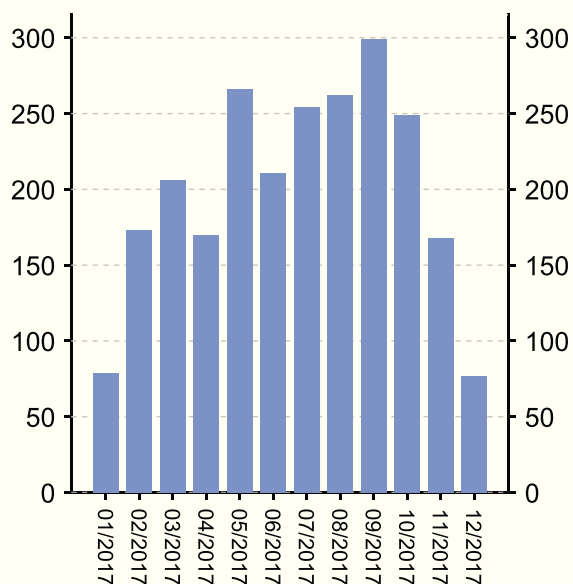
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências

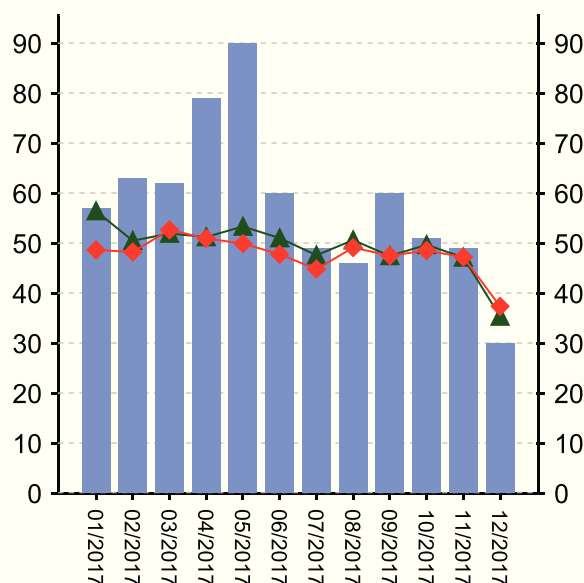
Audiências



■ Quantidade

Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	0	0	14	28	37	79
02/2017	1	10	18	18	126	173
03/2017	13	9	9	35	140	206
04/2017	1	8	12	34	115	170
05/2017	2	8	25	35	196	266
06/2017	7	4	34	31	135	211
07/2017	1	0	38	30	185	254
08/2017	2	8	76	36	140	262
09/2017	5	6	77	47	164	299
10/2017	7	4	51	54	133	249
11/2017	12	8	25	66	57	168
12/2017	0	0	16	8	53	77
Total	51	65	395	422	1481	2414

Dias-Juiz



◆ Média TRT15 ▲ Média Grupo ■ Dias-Juiz

Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
01/2017	57
02/2017	63
03/2017	62
04/2017	79
05/2017	90
06/2017	60
07/2017	49
08/2017	46
09/2017	60
10/2017	51
11/2017	49
12/2017	30
Média Mensal	58,0



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	871	72,6	113,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	867	72,3	112,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.738	144,8	225,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	236	19,7	30,6
Incidentes Processuais Resolvidos	550	45,8	71,4
Dias-Juiz	231	19,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.111	62,8	42,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	24.642	64,2	43,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	48.753	127,0	85,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.626	22,5	15,1
Incidentes Processuais Resolvidos	17.088	44,5	30,0
Dias-Juiz	17.114	44,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.918	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.810	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.054	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

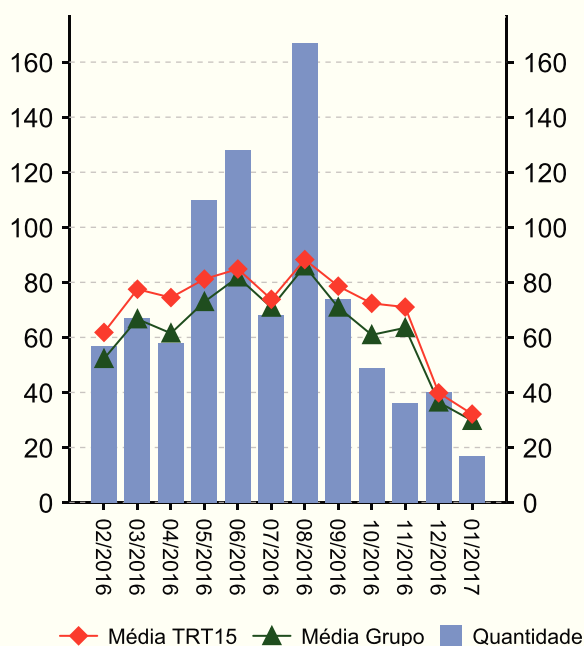
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

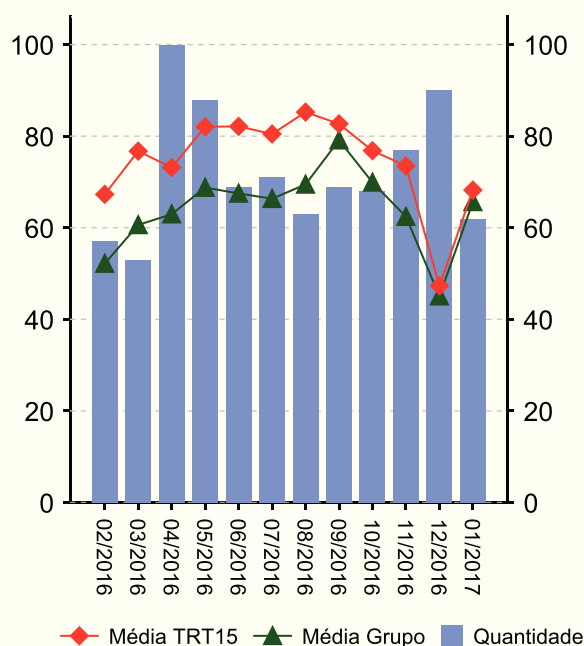
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

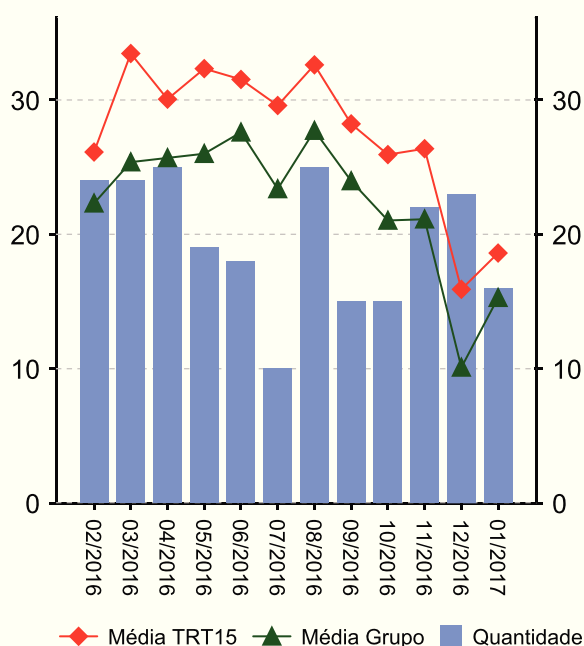
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



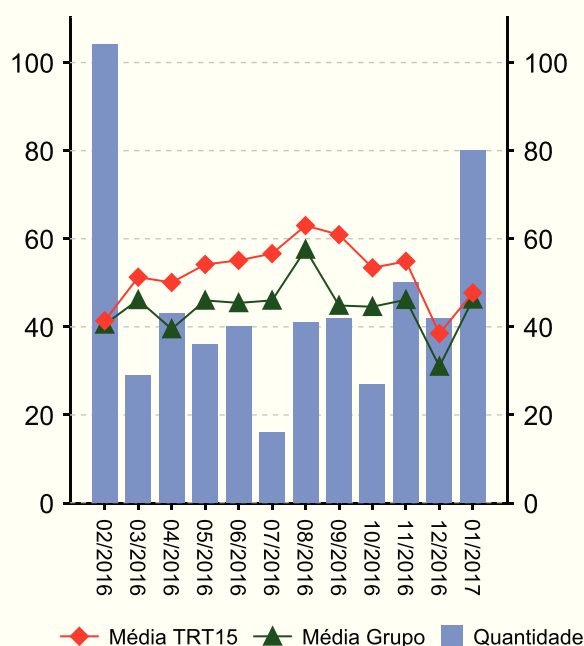
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	343	28,6	44,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	410	34,2	53,2
Sessões de audiência realizadas - una	1.442	120,2	187,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	98	8,2	12,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	49	4,1	6,4
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.852	154,3	240,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	147	12,3	19,1
Dias-Juiz	231	19,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	17.114	44,6	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.054	45,8	---



CORREIÇÃO ANTERIOR

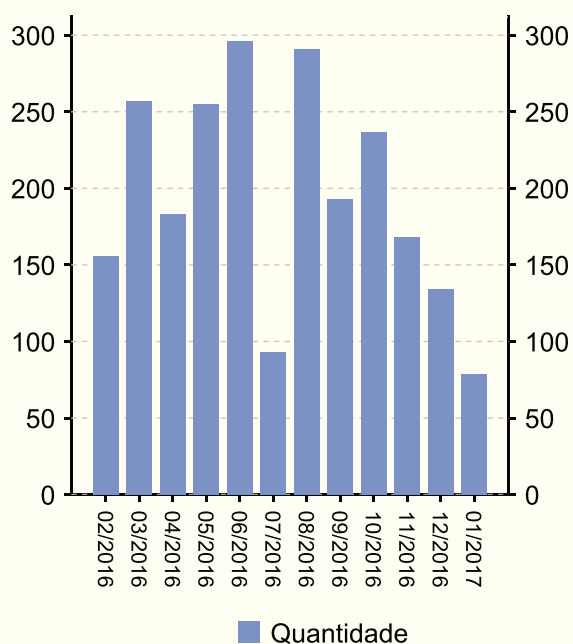
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

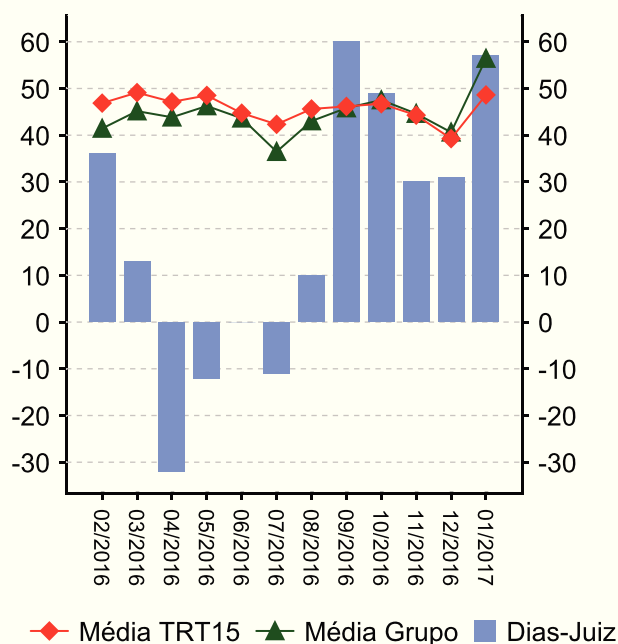
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	2	0	20	47	87	156
03/2016	38	11	23	48	137	257
04/2016	0	1	21	40	121	183
05/2016	26	15	32	35	147	255
06/2016	28	19	32	50	167	296
07/2016	0	1	14	15	63	93
08/2016	1	1	42	58	189	291
09/2016	1	1	51	25	115	193
10/2016	1	0	48	28	160	237
11/2016	0	0	37	23	108	168
12/2016	1	0	9	13	111	134
01/2017	0	0	14	28	37	79
Total	98	49	343	410	1442	2342

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
02/2016	36
03/2016	13
04/2016	-32
05/2016	-12
06/2016	0
07/2016	-11
08/2016	10
09/2016	60
10/2016	49
11/2016	30
12/2016	31
01/2017	57
Média Mensal	19,3



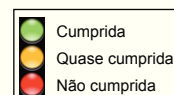
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

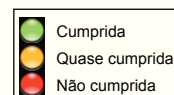
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1531	2002	1378	0	128	167	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

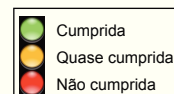
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1955	1760	1936	0	167	40	24 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
486	576	437	0	40	48	100 %





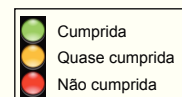
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

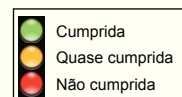
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
4	4	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
233	261	224	83 %





12 - ARRECADAÇÃO [03/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 15.653,67	R\$ 76.357,45	R\$ 0,00	R\$ 1.327.669,98



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2011	1
2013	1
2014	2
2015	7
2016	77
2017	752



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2412	10	1	11	2

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 9 servidores (mais 2 Oficiais de Justiça) está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam 2 assistentes de Juiz: Juliana Garcia Colombo e Ricardo Feitoza Chiquito

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 13/3/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	13/2/2018	Data de corte:	-
Saldo:	105	Saldo:	-
Data do mais antigo:	3/1/2018	Data do mais antigo:	-
		Total:	105

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:



O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,34.

Esse resultado reflete, em parte, a melhora nos últimos meses da TCC – taxa de congestionamento no conhecimento, de 0,47 em 01/2017 para 0,38 em 12/2017, o que demonstra a atenção do gestor nos processos em tramitação nessa fase processual.

Inversamente, a TCE – taxa de congestionamento na execução, no mesmo período apresentou variação negativa (de 0,43 em 01/2017 para 0,48 em 12/2017), assim como a variável do Prazo Médio do Início ao Encerramento da Liquidação (de 0,12 em 01/2017 para 0,21 em 12/2017). Já a variável Acervo apresentou sensível melhora (de 0,33 em 01/2017 para 0,29 em 12/2017).

Embora tenha havido alguma variação, esses índices demonstram o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por tais motivos são consignados elogios.

15.3 – MOVIMENTAÇÃO DE MANDADOS

(fonte: informação da Unidade em 13/3/2018)

A) Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

Não há.

B) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (SAP1G):

Não há.

C) Diligências pendentes de cumprimento/ prazo vencido (PJ-e):

Não há.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):



Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0012141-28.2016.5.15.0073, 0010932-24.2016.5.15.0073 e 0011327-79.2017.5.15.0073.

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010780-10.2015.5.15.0073, 0000364-51.2013.5.15.0073 e 0010130-26.2016.5.15.0073.

16.3 – determina a citação dos sócios quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 26/3/2018, verificou-se a existência de 250 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendência e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010991-46.2015.5.15.0073, 0012115-64.2015.5.15.0073 e 0000637-98.2011.5.15.0073);

16.5 – designa audiências em 4 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 65 no período de 01/2017 a 12/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.



17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,25 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a Vara do Trabalho de Birigui apresenta 25% do maior saldo de processos pendentes.

Também se observa que, proporcionalmente à disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 32,2 processos solucionados por meio de conciliações, inferior à média de referido grupo (RARIA 38,7). Excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 44,0, também menor que a média do grupo, de 50,8 (RARIA). Dessa forma a média total de solucionados com exame de mérito, de 76,3 (RARIA) na Unidade foi menor que seu grupo, no entanto, esse resultado deve ser ponderado por haver pequeno saldo de pendentes de solução, conforme acima exposto.

De toda forma, reforça-se a importância de envidar esforços para solucionar uma quantidade maior de processos e de forma célere, visando à redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, prazo médio que se elevou um pouco em comparação com o resultado verificado na última correição (de 241 dias para 256).

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 13/3/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

JUIZ TITULAR:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	3/5/2018	0	52



INICIAIS/ Sum:	3/5/2018	0	52
UNAS/ Ord:	30/5/2018	0	79
UNAS/Sum:	30/5/2018	0	79
INSTRUÇÕES/Ord:	30/5/2018	0	79
INSTRUÇÕES/Sum:	30/5/2018	0	79
CONCILIAÇÃO:	-		
MEDIAÇÃO:	-		

JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR FIXO:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	24/4/2018	0	43
INICIAIS/ Sum:	24/4/2018	0	43
UNAS/ Ord:	25/4/2018	0	44
UNAS/Sum:	25/4/2018	0	44
INSTRUÇÕES/Ord:	22/5/2018	0	71
INSTRUÇÕES/Sum:	22/5/2018	0	71
CONCILIAÇÃO:	-		
MEDIAÇÃO:	-		

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada e é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	1	8	4			13
	tarde						
terça	manhã	1	8	4			13
	tarde						
quarta	manhã	1	8	4			13



	tarde						
quinta	manhã	1	8	4			13
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR FIXO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde	3	4	3			10
terça	manhã						
	tarde	3	4	3			10
quarta	manhã						
	tarde	3	4	3			10
quinta	manhã						
	tarde	3	4	3			10
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação na Unidade, além de não haver servidor capacitado pela Escola judicial (ou outra instituição) para a mediação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o Jurisdicionado.

18.3 – ANÁLISE:



A Unidade realizou média total de 158,6 audiências unas e de instrução maior que o resultado verificado na última correição (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados.

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 244 dias, menor que o de seu grupo (316 dias), embora com ligeiro aumento desde a última correição (era de 235 dias). Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 185 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 283 dias.

O saldo de processos aguardando encerramento da instrução, por sua vez, apresentou redução desde a última correição, de 290 para 272 processos, resultado bem abaixo da média de seu grupo (664 processos) reforçando a demonstração de cuidado dos gestores com a fase de conhecimento (cujo acervo, de forma geral, também se reduziu, de 2157 processos na última ata, para os 1921 atualmente verificados – item 4).

No entanto, embora no ano de 2017, o número de audiências iniciais foram de 395, de um total de audiências de 2.414, dos quais 1.481 foram Unas e 422 instruções, além de 51 audiências de conciliação na fase de conhecimento e 65 na fase executória, a composição atual das pautas da Juíza Titular e da Juíza Auxiliar informada nos itens 18.1 e 18.2 traduz que das 92 audiências realizadas por semana, 52% são de iniciais contra 17% de Unas e 31% de Instruções, além do fato de serem realizadas semanalmente por cada magistrado apenas 23 audiências na fase de conhecimento, número bem inferior que o observado nas demais Unidades deste TRT e inferior até mesmo que a pauta sugerida pela AMATRA, inviabilizando a designação de dois Juízes para atuação na Unidade.

Por tais motivos determina-se que o Juízo analise a viabilidade de implementar a pauta de audiências, substituindo horários destinados àquelas do tipo inicial por audiências unas e de instrução, assim como de implementar a adoção das boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal, como São Sebastião e Itapira, com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos, especialmente na fase de conhecimento.

A prática consiste em designar audiência de “Mediação/INI”, para a qual as partes são intimadas, sendo a ré para que apresente a defesa, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia, nos casos de processos que necessitam de prova pericial. Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, caso as partes insistam na necessidade de produção de prova oral.



Determina-se ainda, que sejam disponibilizadas vagas mais próximas para os processos em rito sumaríssimo objetivando o cumprimento do prazo legal para solução dos processos nesse rito.

Frisa-se a importância do Juízo em manter a prática de inclusão na pauta de audiências de instrução, dos feitos que dependam de prova pericial, no momento da designação da perícia, nada obstante, eventual entendimento do Juízo de que não é necessária a audiência para a produção de provas. Tal procedimento permite que o quadro de audiências instrutórias reflita a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelo Juízo.

19 – CONSTATAÇÕES:

Preliminarmente informaram que, nesta data, teve exercício na Unidade a Servidora Marici Beltran Favero, cedida pelo Município de Birigui, que não constou no item 3.1. desta ata.

A Unidade conta com atuação de duas estagiárias da área de direito, contratadas pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, entre elas Bruna de Oliveira Cracco, que não constou do item 3.3 desta ata. Foram informados da possibilidade da contratação de mais três estagiários, por meio de convênio com os Municípios da jurisdição ou diretamente com instituições de ensino e sugeriu-se a contratação de estagiários das áreas de ciências contábeis ou econômicas para auxílio nas fases de liquidação e execução.

Foram orientados a dar especial atenção aos Processos da Meta 2 do CNJ, corrigindo inconsistências, dando movimentação prioritária, principalmente nos processos que necessitam de entrega de laudo pelos peritos, e disponibilizando vagas mais próximas na pauta da audiência, bem assim, acompanhando e solicitando o cumprimento urgente no caso de processos com carta precatória para outro Juízo.

Verificou-se que um processo relativo ao ano de 2013 aguarda encerramento de instrução e quanto aos processos de 2014, um já se encontra concluso para julgamento e outro aguarda devolução de carta precatória, com audiência de instrução marcada na Vara deprecada para final do mês de setembro deste ano.

Salientou-se a necessidade de que as cartas precatórias inquiritórias sejam resolvidas no prazo de 30 (trinta) dias. Nos casos de processo que dependem da devolução de cartas precatórias inquiritórias por outro Juízo deste Tribunal, foram orientados a manter contato com o Diretor da Vara Deprecada, solicitando prioridade por tratar-se de



processos da Meta 2 do CNJ e se não resolvido ou no caso de se tratar de Unidade de outro Tribunal, que seja informada a Corregedoria para as providências cabíveis.

Salientou-se a importância da pauta diferenciada para os processos no rito sumaríssimo, a fim de que seja respeitado o prazo legal para solução dos processos nesse rito, assim como para diminuição do prazo médio do conhecimento na Unidade.

A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora ressaltou os benefícios da audiência de mediação, adotando-se a boa prática da mediação/Ini, com efeitos de revelia e arquivamento, já utilizada em outras Unidades, principalmente nos processos que envolvem pedidos de baixo valor e que dependem da realização de perícia, com a designação de audiência de mediação também após a entrega do laudo pericial, sem prejuízo da audiência de instrução já designada. Conciliados, a vaga da audiência de instrução pode ser ocupada por outro processo.

Foram alertados das inconsistências no lançamento de resultados nos incidentes processuais e recursos.

Quanto aos processos de homologação de acordo extrajudicial, a Unidade recebeu 4 processos, sendo um já homologado, depois da ratificação do reclamante e os demais aguardando audiência.

Após a exposição dos principais índices da Unidade, comparativamente aos resultados alcançados na Correição anterior (2017), foi realizada reunião com o trio gerencial.

19.1. Reunião com o Trio Gerencial

Nos processos que necessitam de prova pericial a perícia é designada na audiência, sendo prefixados os prazos para o laudo, manifestação e esclarecimento. As partes se comunicam por e-mail, sendo o laudo anexado no processo já com as impugnações e os esclarecimentos. O perito toma ciência da nomeação pelo painel do usuário do Pje. Esclareceram que ao concordarem com o pagamento de honorários prévios, o depósito é efetuado diretamente na conta do perito. A audiência de instrução, se necessária, é marcada no momento da designação de perícia.

Para início da liquidação, normalmente, é nomeado perito contábil. Apresentado o laudo as partes são intimadas para manifestação no prazo de 08 dias, antes da homologação.

Para maior transparência nas informações do processo, sugeriu-se a utilização da “ferramenta de captura”, para anexação de documentos no Pje, como por exemplo,



protocolos do Bacenjud, Renajud, Infojud e Arisp.

Foram orientados para, quando for feita a migração de processos físicos (SAP1G) para PJe, seja anexado o “relatório de ocorrências do processo”, extraído do SAP1G, como segundo documento do Pje.

Sobre a parametrização local, sugeriu-se que seja atualizada pela Juíza Titular, com o auxílio do Diretor de Secretaria, do GIE e dos Oficiais de Justiça, para fixação de prazos diferenciados para o cumprimento de diligências, conforme sua complexidade.

Salientou-se a importância do correto lançamento dos valores decorrentes de acordos, execuções e pagamentos espontâneos, bem como dos valores arrecadados com custas, emolumentos, imposto de renda e contribuição, que devem ser procedidos no momento do recolhimento. Orientou-se para o correto lançamento destes e dos resultados nos incidentes processuais e recursos. Salientou-se que parte dos recursos e incidentes em aberto são peças que foram cadastradas em duplicidade pelos advogados, não observados pela Secretaria, que lança resultado em uma das peças ficando a outra constando como pendente. Além disso, tutelas antecipadas e exceção de incompetência são decididas de plano e não são lançados os resultados. Orientou-se para maior atenção nos lançamentos e regularização das inconsistências, alterando a natureza da petição, se o caso.

Apurou-se a existência de processos em arquivo provisório há mais de um ano. A equipe de correição orientou para a retirada dos processos do arquivo, a critério dos Magistrados, intimando-se os exequentes para o prosseguimento, se o caso.

Esclareceram que as hastas públicas nos processos da Vara do Trabalho de Birigui tem sido realizadas com ótimos resultados pelo CEJUSC de Araçatuba. Sugeriu-se, também, a critério do Magistrado, a adoção a alienação por iniciativa particular prevista no Art. 880 do CPC, regulamentada neste Tribunal pelo Provimento GP-CR 04/2014, com as alterações do Provimento GP-CR 01/2017.

Foram orientados à utilização de todas as ferramentas eletrônicas pelo GIE e pelos Oficiais de Justiça (INFOSEG, PROTESTO e SIMBA). Esclareceu, o Diretor de Secretaria que utiliza a ferramenta CCS, mas que não utilizam o SIMBA por sua complexidade. Sugeriu-se que seja feito o SIMBA para as maiores executadas na localidade ou com grande valor a ser executado.

Sugeriu-se, ainda, a utilização do Portal JUD-VIVO.

A respeito das intimações eletrônicas, informaram que são feitas para algumas empresas, entre elas, Revati S.A. Açúcar e Alcool e JM Terraplanagem. Salientou-se os efeitos positivos decorrentes das notificações por meio eletrônico e sugeriu-se o contato para notificação também de Órgão Públicos.



Determinou-se que as notificações por e-mail sejam realizadas pela Secretaria da Vara e não mais pelos Oficiais de Justiça, como vem ocorrendo.

Esclareceram que os processos envolvendo Órgão Públicos são incluídos em pauta para que haja vinculação do Juiz a esses processos.

Informaram que atua em teletrabalho, o Servidor Alberto Atsushi Suguimoto, além da Servidora Juliana Garcia Colombo, Assistente da Exma Juíza Titular, Dra. Elen Zoraide Modolo Juca., Salientou-se a obrigatoriedade da formalização, observando-se todos os requisitos e cumprindo-se todas as exigências da regulamentação, devendo ainda os Assistentes de Juiz integrarem uma das equipes e exercerem as tarefas no método concentrado, conforme as determinações da Corregedoria.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – Utilizar relatório Sicond (extranet – menu “jurídico” - visualizar estatísticas), obtendo arquivo para criar tabela dinâmica conforme roteiros disponíveis na Extranet – Orientações da Corregedoria) para o gerenciamento dos processos eletrônicos;

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

21.4 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base



2014), com 83% de cumprimento.

21.5 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

21.6 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição

21.8 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

21.9 – utilizar regularmente as ferramentas INFOSEG e SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

21.10 – proceder a regular habilitação dos Oficiais de Justiça para a utilização do convênio INFOSEG, se necessário for;

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 23/3/2018 e 26/3/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010496-31.2017.5.15.0073	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos”. Última parcela vencida em 25/02/2018. Não há notícia de descumprimento ou qualquer movimentação.	Verificar a possibilidade de arquivamento ou eventuais pendências. Importante zelar para que as subcaixas reflitam o prazo efetivamente aguardado, o que não se verificou no caso.
2	0010142-69.2018.5.15.0073	Processo eletrônico na tarefa “minutar despacho”. Trata-se de carta precatória inquiritória deprecada pela VT de Penápolis, pendente de análise. Em situação semelhante, os processos 0010139-17.2018.5.15.0073,	Dar prosseguimento ao feito. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		0010147-91.2018.5.15.0073 na tarefa “triagem inicial”.	
3	0010784-76.2017.5.15.0073	Processo eletrônico na tarefa “Preparar ato de comunicação”. Acordo homologado em 21/1/2018, sem notícia de inadimplemento. Pendente de intimação do INSS. Há outros 109 processos pendentes na tarefa. Verifica-se que não há divisão em subcaixas.	Tratar das pendências e, após, verificar a possibilidade de arquivamento. Para melhor gestão, criar subcaixas na tarefa a fim de separar os processos de acordo com as datas de audiência.
4	0011930-26.2015.5.15.0073	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando esclarecimentos periciais - 2018/03 - 1ª quinzena”. Em 9/2/2018 determinou-se a intimação do perito para esclarecimentos quanto ao laudo no prazo de 15 dias. No entanto não há comprovante de que tal ato tenha sido praticado. Processo pendente na tarefa, assim como outros que se encontram em situação semelhante, inclusive na fase de execução, a exemplo do processo 0001147-43.2013.5.15.0073.	Intimar o perito para se manifestar. Prosseguir com o feito, bem como dos demais que se encontrem em situação semelhante.
5	0011144-11.2017.5.15.0073	Processo eletrônico na tarefa “Minutar expediente da secretaria”. Pendente de expedição de alvará. Há outros 11 processos pendentes na tarefa.	Dar prosseguimento ao feito, confeccionando o expediente necessário. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
6	0095500-56.2005.5.15.0073	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando atualização de cálculo” pelo calculista do juízo. Trata-se de processo em curso há mais de 13 anos.	Priorizar a análise e atualização dos cálculos, dando prosseguimento ao feito.
7	0071000-18.2008.5.15.0073	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de conhecimento), com última ocorrência “RMT – remessa ao TRT15” desde 27/01/2009. Em consulta ao andamento processual, verificou-se registro de baixa, com remessa ao órgão de origem em 1º/4/2009.	Diligenciar quanto a localização do feito para retomar a tramitação. Em situação semelhante, o 0139700-51.2005.5.15.0073, na variável 353 do e-GESTÃO (pendentes de finalização na fase de execução), com última ocorrência “RME – remetido ao TRT para julg. de Recurso” desde 13/12/2005. Em consulta ao andamento processual, verificou-se registro de decisão de conflito de competência no STJ e remessa ao TRF3 em 04/04/2008.
8	0001144-59.2011.5.15.0073	Processo na variável 144 do e-GESTÃO (impugnações à sentença de liquidação pendentes) desde a juntada do incidente em 29/06/2015. O feito aguarda solução de recurso no TST.	Verificar se a impugnação à sentença de liquidação permanece de fato pendente ou se há necessidade de regularizar os lançamentos.



23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Não houve comparecimento de advogados, partes e terceiros para atendimento pela Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MM. Juíza Titular Elen Zoraide Modolo Juca está autorizada a residir fora da jurisdição (PA 3580/2017).

24.2 – A Juíza Substituta Auxiliar Fixa Tabata Gomes Macedo de Leitão reside na sede da circunscrição.

24.3 – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com as Magistradas sobre os resultados da Unidade, pauta de audiências, incentivo à mediação e necessidade de cadastramento no SIMBA.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, pontualmente, com a ciência da Exma. Juíza Titular, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4020/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 4 de abril de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechlufft Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, Susana Graciela Santiso, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.